INTERESSADA: Secretaria da Educação

ASSUNTO : Encaminha cópia das considerações a respeito da Deliberação CEE nº 14/75, da Coordenadoria do Ensino Técnico.

RELATORA : Cons. Maria da Imaculada Leme Monteiro

PARECER CEE Nº 2271/75, CPG, Aprov. em 27/8/75

I - RELATÓRIO

HISTÓRICO:

O Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, através de ofício datado de 9 de junho do corrente, encaminhou, para conhecimento deste Conselho, cópia das considerações que, a respeito da Deliberação CEE nº 14/75, lhe apresentou a Coordenadoria do Ensino Técnico.

Solicita esclarecimento sobre as dúvidas levantadas, para que possa providenciar o perfeito cumprimento da referida Deliberação.

Dividiremos as questões apresentadas em cinco itens, com os respectivos esclarecimentos;

1º Problema:

"...estão vinculados à Secretaria da Educação, 35 cursos de Auxiliar de Enfermagem, localizados na Capital e no Interior do Estado. Destes, 10 exigem, para matrícula, escolaridade correspondente ao 1º grau completo..."

Esclarecimentos

Quanto ao nível de escolaridade requerido para matrícula nos cursos supletivos de Qualificação Profissional, Habilitação Parcial, Auxiliar de Enfermagem, nos termos dos artigos 10, 11, 12 e 13 da Deliberação CEE nº 14/75, já o Parecer CEE nº 1530/75 que a acompanha, na justificativa da ementa, contém a argumentação essencial.

Entre outros argumentos há a menção do resultado do levantamento relativo ao ano de 1970, realizado em todo o Brasil pela Comissão de Documentação e Estudos da Associação Brasileira de Enfermagem, em que se verificou que 43,7% dos candidatos aos cursos tinham escolaridade igual ou superior à de conclusão do 1º grau.

Os cursos de Suplência de 1º grau existem em numerosas localidades, facilitando o término do curso. Neste Conselho estão, para análise, perto de 200 Planos de Cursos de 1º grau, já em funcionamento.

O nível do Auxiliar de Enfermagem não pode ser rebaixado, principalmente em nosso sistema de ensino, que está na vanguarda da educação, quando em outras profissões, para habilitação de muito menor responsabilidade e complexidade, conforme consta no catálogo anexo ao Parecer nº 45/72 do Conselho Federal de Educação, se exige o nível de 1º grau completo.

O fato citado de que somente 10 cursos exigem a escolaridade mínima de 1º grau completo é facilmente explicável, como figura, em resumo, no histórico do citado Parecer CEE nº 1530/75.

Antes da Lei nº 5692/71 o tipo de curso em vigor para a formação do Auxiliar de Enfermagem era o proposto na Portaria Ministerial nº 106, de 28/04/65, para as Escolas vinculadas ao sistema federal de ensino; ou na Resolução CEE nº 4/68, para as Escolas vinculadas ao sistema estadual.

A Deliberação CEE nº 7/70 e o Parecer nº 75/70 do CFE procuraram atender a uma situação de emergência, e em caráter de certa forma experimental, pouco antes da reforma da legislação.

Tanto o curso moldado na Portaria Ministerial nº 106/65 como o na Resolução CEE nº 4/68 exigem apenas o antigo curso primário para a matrícula. O curso era feito em 2 anos, com currículo que compreendia a Educação Geral correspondente à da 1ª e 2ª séries do antigo ginásio e as disciplinas específicas da Enfermagem.

Os candidatos que provavam conclusão da antiga 2ª série ginasial ou mais ficavam dispensados das disciplinas de Educação Geral. Portanto, não havia como fugir a essa situação para quem desejasse ser Auxiliar de enfermagem (mesmo que já possuísse diploma de normalista, ou outro), pois não existia outro tipo de curso e candidatos de níveis os mais diversos seguiam juntos o mesmo curso.

Com o advento da Lei nº 5692/71, todas as escolas de 1º e 2º grau, inclusive as de Auxiliar de Enfermagem, passaram automaticamente para o sistema estadual de ensino.

A limitação da faixa etária de 14 a 18 anos para os cursos de aprendizagem, praticamente cancelou os cursos organizados nos termos da Resolução CEE nº 4/68.

Esse fato, acentuado pela Deliberação CEE nº 30/72, levou o então Sr. Coordenador do Ensino Técnico, em agosto de 1973, a encaminhar a este Colegiado solicitação no sentido de convalidar os cursos realizados de acordo com a Resolução CEE nº 4/68 e a Deliberação CEE nº 7/70, propondo a adaptação dos novos cursos dentro das normas do ensino supletivo para o ano de 1974.

O Parecer CEE nº 2388/73 historiou a situação e atendeu ao solicitado.

Outro motivo de poucos cursos exigirem escolaridade de 1º grau completo é o fato de serem as Escolas orientadas a receber candidatos com escolaridade inferior (o que não significa que não haja candidatos com escolaridade de 1º grau completo).

Em 3/9/74, o Parecer nº 2713/74 do Conselho Federal de Educação

dirimiu as dúvidas ainda existentes, colocando, como regra, a formação do Auxiliar de Enfermagem a nível de 2º grau, ou seja, exigindo como pré-requisito o certificado de conclusão de ensino de 1º grau, ou estudos equivalentes.

E este Conselho adotou a regra, pois julgou que as exceções de caráter transitório e emergencial são para os Estados menos dotados em matéria de Educação.

2º Problema:

"Para a instalação dos cursos de Auxiliar de Enfermagem, apenas para os chamados "cursos intensivos", de 11 meses de duração..."

ESCLARECIMENTOS

Nem o Parecer CEE nº 1530/75, nem a Deliberação nº 14/75 que a acompanha falam em "cursos intensivos", ou em "11 meses de duração".

Foi estabelecida uma carga horária total mínima. O Parecer, fundamentando e esclarecendo os artigos 8º e 12 da Deliberação, diz que, respeitada a carga horária total mínima, o curso pode ser prolongado; e até exemplifica para maior clareza.

O importante é realizar satisfatoriamente os objetivos do curso, atendendo às situações diversas de recursos quanto a pessoal docente e campo de estágio. As escolas devem planejar seus cursos de acordo com a realidade onde estão situadas e as suas condições sócio-econômicas.

3º Problema

"A Deliberação CEE nº 14/75, ao estabelecer que os cursos supletivos para a formação do Auxiliar de Enfermagem devem ser ao nível de 2º grau e somente instalados em Faculdade de Medicina, em Escolas de Enfermagem de nível superior e/ou de 2º grau, e em hospitais que ofereçam condições quanto ao campo de estágio, corpo docente e supervisão de estágios, eliminou a possibilidade de enquadramento de cerca de 80% dos cursos em funcionamento..."

ESCLARECIMENTOS

Até a promulgação da Lei nº 4024/61, todas as escolas, municipais e particulares, de nível médio, inclusive as de enfermagem, eram vinculadas ao sistema federal de ensino.

O artigo 110 dizia:

"Pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da vigência desta Lei, os estabelecimentos particulares de ensino médio terão direito de opção entre os sistemas de ensino federal e estadual, para fins de reconhecimento e fiscalização."

A Resolução CEE nº 17/64 estabeleceu normas para o exercício desse direito, com uma série de exigências.

A Resolução CEE nº 4/68, da lavra do eminente Conselheiro Alpí-nolo Lopes Casali (também autor da 17/64), dizia:

"Artigo 13 - Para a instalação e funcionamento dos cursos de aprendizagem, observar-se-á, no que couber, o disposto na Resolução CEE nº 16/64, quando o mantenedor for o Estado, e na Resolução CEE nº 23/65, quando o município ou a livre iniciativa".

"Artigo 15 - Os cursos de aprendizagem em funcionamento de acordo com a Lei Federal 775 de 6/08/49, deverão adaptar-se, em 1969, ao disposto nesta Resolução".

A Deliberação CEE nº 14/75 não pretendeu encerrar as atividades dos cursos em funcionamento, mas compeli-los a se ajustarem à legislação federal e estadual em vigor, supondo que já preenchem as demais condições supracitadas.

O artigo 6º da Deliberação nº 14/75 foi incluído, no sentido de evitar que em outras escolas de ensino de 2º grau, que não as de Enfermagem, se instalem cursos cuja natureza exige condições muito específicas. Desde que a Escola se adapte a Deliberação deste Conselho, passará automaticamente a ser de 2º grau, quanto ao nível do curso. Não se exige que já exista como tal e nem se requer que se modifique sua denominação.

Foi postulado que os hospitais, nos quais se vem realizando os estágios de aprendizagem dos alunos, estejam em condições de continuar a colaborar com as Escolas. O que se pretendeu evitar foi a improvisação de cursos supletivos de Enfermagem, em qualquer tipo de estabelecimento, que dificilmente proporcionaria as condições requeridas.

Analisando os cursos atualmente em funcionamento, salvo alguma exceção que desconhecemos, quase todos estão ligados a hospitais, Faculdade de Medicina ou Escolas de Enfermagem. E se passarem a exigir dos candidatos escolaridade completa de 1º grau, e preencherem os demais requisitos da Deliberação em tela, serão escolas de Enfermagem de 2º grau.

4º Problema

"A exigência de orientação e supervisão dos estágios de aprendizagem por enfermeiros graduados na relação de um para cada grupo de dez alunos, é exigência difícil de ser cumprida, em se considerando o número de profissionais graduados em Enfermagem disponíveis para a docência".

ESCLARECIMENTOS

Sabemos que há número insuficiente de enfermeiros para o mercado de trabalho nas unidades de saúde e no ensino. Mas isso não justifica a má formação do profissional. Quem quer que tenha experiência de ensino nesse ramo pode constatar que não é possível atender, nos estágios, a grande número de alunos. O que pode acontecer é deixar uma parte deles a repetir técnicas simples já aprendidas para preencher o tempo e suprir a deficiência de pessoal no hospital, enquanto se cuida dos outros. Isso, porém, não se pode considerar como estágio de aprendizagem. E, se ocorrer algum erro durante o estágio, o enfermeiro-professor terá que responder pelas conseqüências.

A Revista Brasileira de Enfermagem, de junho de 1962 publicou o "Relatório da Comissão para estudos de problemas referentes a Escolas de Enfermagem em São Paulo", apresentado ao Governo do Estado de São Paulo como resultado da Resolução Governamental nº 1265, de 2 de maio de 1961.

A Recomendação nº 4, do citado Relatório, em relação às Escolas a serem criadas (e que realmente o foram) diz, na parte que se refere ao corpo docente:

Segundo os "Padrões Mínimos de Escolas de Auxiliar de Enfermagem" (Trabalho elaborado por uma comissão mista da Associação Brasileira de Enfermagem, Seção de São Paulo, e Associação Paulista de Hospitais, e apresentado no III Congresso de Hospitais), uma professora deverá ter no máximo 10 alunos, para supervisão da prática dos estudantes".

No Guia para Curso Supletivo de Auxiliar de Enfermagem, publicado pelo Ministério da Saúde, para todo o Brasil, em janeiro do corrente, ao qual nos referimos no Parecer, consta entre as condições essenciais ao bom desempenho do corpo docente:

"5) ser numericamente compatível com o total dos alunos. Recomenda-se em média, uma professora para 8 a 10 alunos".

Portanto, já se acha estabelecida há 13 anos a recomendação que fizemos na Deliberação nº 14/75 e que está confirmada no citado "Guia" de 1975

O Parecer dá orientação às Escolas que não dispõem de número suficiente de enfermeiras para agirem simultaneamente com toda a turma.

Ainda, embora seja essa a regra, é evidente que, conforme o estágio, pode-se, às vezes, permitir grupo maior de alunos, excepcionalmente. O ideal seria restringir ainda mais o número por turma mas é possível atender a certas circunstâncias provisórias, ou a outras em que se justifique realmente um número excedente ao estabelecido, a juízo da autoridade competente como no caso de turmas cujo número de alunos ultrapasse pouco um múltiplo de 10. Geralmente, há, no decorrer do curso, reprovações e desistências.

5º Problema

"Com relação ao currículo de Qualificação Profissional de Enfermagem, "Habilitação Plena", nos termos do artigo 13, alínea "d" da Deliberação CEE nº 14/73 e artigo 5º da Deliberação 14/75, parece-nos dispensável a inclusão de matérias da parte diversificada, escolhidas pelo estabelecimento, de acordo com a Deliberação CEE nº.. 18/72".

ESCLARECIMENTOS

Uma vez que o aluno concluinte do curso Supletivo de Qualificação Profissional de Enfermagem, "Habilitação Plena", pode, completada a educação geral de 2º grau, obter o diploma de "Técnico em Enfermagem", incluímos uma ou mais matérias da parte diversificada, nos termos do Parecer nº 45/72 do CFE, Anexo D/quando trata de currículos mínimos.

"6) a reserva de um certo período destinado a estudos referentes às matérias que o estabelecimento deve escolher dentre aquelas relacionadas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema (Estudos Regionais)".

Se essa inclusão é dispensável, não existe, a respeito, contra-indicação, e pode contribuir para completar o elenco do Conselho Federal de Educação.

II - CONCLUSÃO

Face ao exposto, ficaram esclarecidos por este Parecer, os problemas levantados sobre a Deliberação CEE nº 14/75. Oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação neste sentido.

São Paulo, 2 de julho de 1975

a) Cons. Maria da Imaculada Leme Monteiro - Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, José Conceição Caixão, Irarria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Marióttto Haidar e Rachel Gèvertz.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 2 de julho de 1975.

a) Cons. Eloysio Rodrigues da Silva - Vice-Presidente no exercício da Presidência

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", aos 27 de agosto de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente